

EMENDA DE PLENÁRIO

ao Projeto de Lei nº 5498, de 2009 .

Incluir, onde couber, as seguintes alterações à Lei das Eleições - Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997 :

I - acrescentar no caput do art. 1º e no inciso I do seu parágrafo único a expressão “ **e Parlamentar do Mercosul**”, respectivamente após “ Vereador” e “Deputado Distrital”;

II - acrescentar no caput do art. 10, após “ Câmaras Municipais”, a expressão “**e ao Parlamento do Mercosul**” ;

III - acrescentar ao § 3º do art. 10 , após “de cada”, a expressão “**gênero e etnia**” ;

IV - acrescentar ao art. 10 os seguintes parágrafos :

“§ 6 º No caso das eleições dos Parlamentares do Mercosul a circunscrição será o País , sendo a eleição nacional;

§ 7 º O eleitor poderá votar em apenas uma lista pré-ordenada pelos partidos ou coligações;

§ 8 º Obrigatoriamente, os candidatos de cada lista deverão ter domicílio eleitoral nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul devendo ocupar, em cada lista, um número de lugares na mesma proporção que o conjunto dos estados de cada região ocupa na Câmara dos Deputados”;

V – acrescentar o art. 27-A com a seguinte redação :

“ **Art. 27-A – Caberá aos partidos e coligações coordenar e dirigir as campanhas dos parlamentares do Mercosul as quais deverão ser realizadas exclusivamente com recursos do Fundo Partidário**”;

VI – acrescentar ao art. 47 o seguinte § 7 º:

“§ 7 º A propaganda dos candidatos ao Parlamento do Mercosul deverá ser feita em rede nacional com acréscimo de 5 (cinco) minutos ao tempo da propaganda eleitoral nas emissoras de rádio e televisão, nos mesmos dias da semana e horários estabelecidos no inciso I do § 1º deste artigo. ”

VII – acrescentar o art. 105-A com a seguinte redação:

“**Art. 105-A As normas estabelecidas nessa Lei para eleger 37 (trinta e sete) representantes do País no Parlamento do Mercosul, se aplicam exclusivamente ao pleito a ser realizado em 3 de outubro de 2010**”.

JUSTIFICAÇÃO

Há praticamente uma unanimidade de que para as eleições ao Mercosul, dada a sua importância econômica, social e política, é necessária uma Lei Especial para regulamentar as referidas eleições. Por essa razão é que apresentamos o nosso Projeto de Lei nº 5.279, de 2009.

O motivo pelo qual estamos propondo a presente emenda, se deve ao fato de que o tempo de tramitação e votação, no Congresso Nacional do nosso Projeto e de outras valiosas contribuições, pode ultrapassar a data limite de 3 de outubro próximo (art. 16 da C.F.)

A presente emenda sintetiza o Projeto nº 5.279: a adoção da lista de candidatos pré-ordenada, elaborada pelos partidos ou coligações, a garantia da representatividade das diversas regiões do País na mesma proporção dos deputados federais, a representação de gêneros e também de etnias, com uma regra idêntica a que existe na Lei das Eleições, a utilização só de recursos do Fundo Partidário para essas eleições, a garantia de um tempo mínimo para divulgação nas emissoras de rádio e televisão são as nossas principais propostas.

Certamente qualquer equívoco poderá ser corrigido pelo olhar sempre atento dos nossos nobres colegas.

Salas das Sessões, 07 de julho de 2009.

Deputado CARLOS ZARATTINI
PT/SP
